

SOUSA GALITO, Maria (2009). Entrevista ao Dr. Paulo Gonçalves. CI-CPRI, ENT-CPLP, N°7, pp. 1-6.

ENT-CPLP: Entrevistas sobre a CPLP



Entrevista ao **Dr. Paulo Gonçalves**

Gabinete de Comunicação e Imagem – Porto Editora

22 Julho 2009. Enviado por e-mail.

(Questionário enviado para a APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

Questionário analisado e tratado pela Comissão do Livro Escolar da APEL)

No que concerne à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

Como a definiria actualmente?

Um fórum onde são debatidos os interesses políticos e geoestratégicos dos países que compõem a comunidade, mas de resultados pouco visíveis ou concretos na prática para as diferentes populações.

Como gostaria de a definir num futuro próximo?

Como uma comunidade em que fosse dada prioridade a uma política estruturada, coerente e ambiciosa da Língua Portuguesa, como suporte ao desenvolvimento educacional e cultural dos diferentes países num contexto de comunidade.

Considera prioritários o desenvolvimento da cooperação económica e o aumento da integração económica da CPLP?

Enquanto meio para atingir aquele fim, sim.

No espaço lusófono, quais são os principais obstáculos à mobilidade de empresários e aos fluxos de comércio e de investimento (legais, fiscais, condições de financiamento, burocracia, ...)?

Os que refere são os principais obstáculos.

Quais as principais necessidades/queixas dos empresários?

A resolução ou a diminuição do impacto dos obstáculos acima referidos seria um excelente ponto de partida. O que é necessário é que haja a definição de regras claras e válidas para todo o espaço da CPLP.

O Acordo Ortográfico abre portas a novas oportunidades? Confere benefício líquido aos sectores em geral? Levará à concentração de poder no sector editorial e os editores brasileiros possuem maior dimensão de mercado?.

Na perspectiva da APEL, o Acordo Ortográfico não resolve o que se pressupunha resolver, antes levanta novos e, em alguns casos, complicados problemas linguísticos, para além de indefinições e confusões de vocabulário, nomeadamente técnico-científico, além de deixar de lado questões de sintaxe e semântica. Ou seja, não há qualquer harmonização da língua portuguesa. A língua não evolui por decreto e isso é ainda mais válido na sociedade actual.

Neste momento, e no contexto português, é provável que uma eventual implementação do Acordo Ortográfico represente uma oportunidade de aumento das vendas, mas é necessário avaliar o custo que a adaptação às novas regras representará. Contudo, essa eventual vantagem dilui-se totalmente ao verificarmos que os países lusófonos fortemente emergentes – Moçambique e, sobretudo, Angola – deram já sinais de relutância em adaptar o Acordo Ortográfico. Isso levantará inúmeros problemas de competitividade às editoras portuguesas, que concorrem com grandes multinacionais nesses países.

Existe muita cooperação entre empresários no seu sector de actividade (associativismo, lobbies, ...) ou os empresários abordam os mercados de forma preferencialmente individualista?

Em Portugal, a APEL tem vindo a reafirmar-se com a instituição de promoção e desenvolvimento do sector, procurando reforçar laços com instituições homólogas de outros países. Mas há ainda um longo percurso a percorrer nessa vertente.

Que medidas governamentais concretas gostaria de ver concretizadas no espaço lusófono, do ponto de vista político-económico (para incentivar a mobilidade de empresários e de mão-de-obra, aumentar fluxos comerciais,...)?

A reformulação do Acordo Ortográfico no quadro da CPLP, assente num debate para o qual fossem chamados todos os agentes culturais, seria uma excelente medida e, acreditamos, teria reflexos positivos do ponto de vista político e económico!

No seu entender, qual vai ser a evolução da CPLP nos próximos cinco anos?

São tantas as variantes políticas, económicas e sociais com influência nesse exercício que nos dispensamos a realizá-lo. Seja qual for, se depender do nosso contributo, será uma evolução positiva.